

CONTRATO

Prestação de Serviços de Desbaratização e Desratização

Ajuste Direto nº: **EPA – AD 03 / 2022 (DD)**

ENTRE:

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CARVALHAIS/MIRANDELA, com o número de pessoa Coletiva n.º 600068072, sita na Apartado nº 70, freguesia de Carvalhais do concelho de Mirandela, representada neste ato por Marcelino José Matias Martins, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo, cujos poderes de representação lhe foram conferidos por aviso n.º 16804/2021 de 5 de agosto de 2021, publicado em Diário da República nº 172 de 3 de setembro de 2021, adiante designada como PRIMEIRO OUTORGANTE ou ADJUDICANTE;

E:

DESINFADOURO, LDA., com o número de pessoa Coletiva n.º 513827528, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mirandela, com o capital social de 1.000,00 euros, sita em Rua Padre Basílio, n.º 257, freguesia de Carvalhais, 5370-081 Carvalhais, neste ato representada por Luis Filipe Ramos de Araújo, o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento comprovativo que exibiu, adiante designada como SEGUNDO OUTORGANTE ou ADJUDICATÁRIO.

Considerando a autorização da despesa constante de despacho do Conselho Administrativo de 15 de fevereiro de 2022, suportada pela dotação 06.02.03, entre os Outorgantes identificados é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato de prestação de serviços de Desbaratização e Desratização, na sequência de procedimento de Ajuste Direto, adjudicado por deliberação do Conselho Administrativo de 11 de abril de 2022, por via da qual foi aprovada a minuta do presente contrato, e que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

- Objeto -

Pelo presente contrato, o SEGUNDO OUTORGANTE compromete-se a proceder a prestação de serviços de Desbaratização e Desratização, nos termos e condições previstas no Convite, Caderno de Encargos e demais elementos, bem como a proposta do ADJUDICATÁRIO apresentada, constantes no procedimento de Ajuste Direto com o nº EPA – AD 03 / 2022 (DD), que fazem parte integrante deste contrato.

CONTRATO

CLÁUSULA 2.^a

- Preço Contratual -

O valor máximo da prestação de serviços objeto do presente Contrato é de **4.950,00 €** (Quatro mil novecentos e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, condicionado às prévias requisições de bens por parte do ADJUDICANTE.

CLÁUSULA 3.^a

- Prazo de Execução -

A prestação de serviços prevista no presente contrato terá início em 29 de abril de 2022 e termo em 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA 4.^a

- Faturação -

1. O pagamento das faturas resultantes da prestação de serviços do objeto deste contrato, será efetuado pelo PRIMEIRO OUTURGANTE preferencialmente por transferência bancária, devendo o ADJUDICATÁRIO disponibilizar o respetivo IBAN para o efeito.
2. Os valores faturados serão liquidados, contra a receção de faturas, no prazo máximo de 60 dias contados após a sua entrega, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP.
3. As faturas deverão conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação do procedimento em causa, o n.º de compromisso e vir acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

CLÁUSULA 5.^a

- Revisão de Preços -

O valor da prestação de serviços é fixo, não sendo passível de revisão.

CLÁUSULA 6.^a

- Cessão -

O ADJUDICATÁRIO não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita do ADJUDICANTE para o efeito.

CONTRATO

CLÁUSULA 7.ª

- Gestor do Contrato -

Nos termos das disposições conjugadas dos art.ºs 96.º, n.º 1, al. i), e 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, exercerá as funções de gestor do presente contrato Vítor Manuel Ruivo Ló, na qualidade de subdiretor.

CLÁUSULA 8.ª

- Compromisso -

Nos termos e para os efeitos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro ao presente contrato foi atribuído o n.º de compromisso **324**.

CLÁUSULA 9.ª

- Regime Jurídico do Contrato -

Em tudo o que o presente contrato for omissivo, aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

CLÁUSULA 10.ª

- Efeitos do Contrato -

O presente contrato é válido a partir da data da sua assinatura.

Feito de boa-fé, em Carvalhais aos 28 de abril de 2022, em duplicado, e expressando fielmente a vontade das partes outorgantes, pelo que, em sinal de concordância, vai por elas ser assinado.

O ADJUDICANTE

O ADJUDICATÁRIO
